



# PROMETEUS - FILOSOFIA

RESTRADO EM FILOSOFIA/ UFS - CATEDRA UNESCO/ ARCHAÍ

Julho - Dezembro de 2014 - volume 7 - Ano 7 - N. 16

ISSN: 2176-5960

## A GUERRA EM MAQUIAVEL: UMA ANÁLISE FILOSÓFICA DE APROPRIAÇÕES TEÓRICAS FEITAS PELAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Flávia Benevenuto**

**Doutora em Filosofia pela UFMG e Professora da UFAL**

**Flávia de Ávila**

**Doutora em Direito Público pela PUC-MG e Professora da UFS**

**RESUMO:** Maquiavel, ao afirmar que a principal atividade do governante é a guerra, sugere fazê-lo de forma definitiva. A guerra pode ser a ocasião que mais põe à prova o poder do governante. Dela ele sai fraco ou digno de glória. Seu poder, no entanto, não se constrói necessariamente por ser o mais forte, mas por ser o “melhor”. Melhor por efetivar os objetivos próprios de um governante e que dizem respeito à conquista e à manutenção do poder. O simples uso da força, mais especificamente, da violência, está longe de ser o meio mais eficaz para efetivá-los. Segundo Maquiavel, encontramos uma espécie de divisão pontual dos afazeres do governante ao lidar com a guerra, sugerindo haver duas maneiras de guerrear: “com obras” ou com a “mente”. Destas formas de guerrear surgem questionamentos sobre sua atualidade em relação ao uso da força nas Relações Internacionais. Portanto, o objetivo deste trabalho é explicitar esses modos de guerra no pensamento de Maquiavel e suas possíveis implicações para a discussão na contemporaneidade das Relações Internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra. Maquiavel. Relações Internacionais.

**ABSTRACT:** Machiavelli, by saying that the main activity of the ruler is the war, suggests making it permanently. The war may be the occasion that imposes most tests to the power of the ruler. It leaves him weak or worthy of glory. His power, however, is not necessarily built to be the strongest, but to be the “best”. Best because it accomplishes the very objectives of a ruler and that relate to achievement and maintenance of the power. The simple use of force, more specifically, of the violence, is far from being the most effective tool to affect them. According to Machiavelli, there is a kind of punctual division of the affairs of the ruler dealing with the war, suggesting that there are two ways of war: “with works” or “with the mind”. Of these forms to make war, questions regarding its relevance with respect to use of force in international relations arise. Therefore, the aim of this paper is to explain these modes of warfare in the thought of Machiavelli and their possible implications for the discussion in contemporary International Relations.

**KEYWORDS:** War. Machiavelli. International Relations.

Maquiavel escreve em um momento de grandes transformações. Dentre os principais acontecimentos que mudavam a feição europeia no início do século XVI, destacam-se o desenvolvimento da “ciência”, a expansão marítima, o implemento do mercantilismo, o fortalecimento de algumas monarquias. E, em determinados corpos políticos, a centralização das instituições políticas com o surgimento dos exércitos profissionais, bem como o estabelecimento de “procedimentos estatais burocráticos” e de cortes permanentes de justiça. Especificamente em relação à península itálica, Maquiavel pôde perceber por meio de suas atividades públicas, que, apesar de Inglaterra e França (por exemplo) terem consolidado um poder central, o mesmo não ocorria com as cidades italianas. Estas, além de rivais, eram disputadas pelos demais estados<sup>1</sup> por meio de guerras infundáveis, que empregavam, dentre outras estratégias, o uso de mercenários<sup>2</sup>. Todas estas características deste período podem ser usadas para validar o adjetivo “*realista*” que muitas vezes é atribuído a Maquiavel, normalmente analisando suas obras em relação ao momento em que foi escrita e destacando-o por esta “inovação”. Sabemos que, no debate atual, nem o adjetivo nem as inovações são consensuais. Justamente por isso, faz-se necessário recuperar o contexto da obra para que possamos assumir posicionamento neste debate.

Precisamos, inicialmente, considerar que no ano em que Nicolau Maquiavel nasceu, 1469, Florença já passava por um período de turbulência e oposição acirrada que envolvia os Medici, de um lado, e os defensores de uma solução republicana, de outro. Os primeiros eram os detentores do poder por excelência<sup>3</sup>, mas, em dois momentos, ficaram muito próximos de perder esse poder de forma definitiva para os segundos, em 1494 e em 1527. Esta “ousadia” de cunho republicano vinha tanto do espírito de liberdade que movia Florença quanto da esperança de ter tal cidade um destino mais feliz que as demais. Esse espírito de liberdade vinha, em grande medida,

---

<sup>1</sup> A palavra “estado” é usada por Maquiavel, porém em um sentido um pouco diverso do “Estado” moderno como, tal como nos referimos hoje. De modo geral, o termo é usado pelo autor para os estados regionais (que despontavam em seu tempo). No intuito de evitar eventuais anacronismos, optamos pela utilização do termo “corpo político”, exceto no caso de citações (onde preferimos manter o termo utilizado pelos autores a quem recorreremos neste trabalho).

<sup>2</sup> Maquiavel considerava as tropas mercenárias potencialmente desleais e indisciplinadas. Cf. *O Príncipe*, XII, XIII, XIV e XV.

<sup>3</sup> Newton Bignotto (2003, p. 7) nos ajuda a compreender a conjuntura política florentina: “embora ainda fosse uma república, a cidade era de fato administrada pela família dos Medici, que desde 1434 assumira o controle das principais magistraturas e conseguira estabelecer com outros membros da aristocracia local um sistema de rodízios nos cargos, o que acabava por conceder o poder aos que se associavam à família dominante”.

do “desenvolvimento de uma consciência cívica” (BIGNOTTO, 2001, p. 16). A ideia de contemplação passava a um segundo plano, e “as questões da vida pública ganhavam uma nova dignidade ao serem abordadas seriamente pelos homens que, ao mesmo tempo, buscavam compreender o lugar que o homem ocupa no mundo e sua relação com a natureza” (*Id., ibid.*, p. 16).

Essa nova abordagem do espaço público juntamente com uma valorização maior do próprio homem enquanto indivíduo acabou ganhando a denominação de “humanismo cívico”<sup>4</sup>. Não nos cabe aqui uma investigação mais precisa deste período histórico: precisamos apenas compreender que não se trata de uma época inteiramente dominada pelas ideias medievais, e que, embora elas ainda estivessem presentes, há uma preocupação marcante com a vida pública, uma maior valorização do “homem”, assim como do ideal de liberdade. Essas mudanças teriam provocado certa reação dos florentinos menos dispostos a aceitar gratuitamente a imposição do governo dos Medici, no sentido de defender um modelo republicano de governo para Florença.

A formação humanista de Maquiavel se efetivou, especialmente, por meio do esforço de sua família, haja vista que os Machiavelli não integravam a aristocracia de Florença. A aquisição da coleção dos textos de Tito-Lívio, essenciais ao novo estilo humanista, foi mencionada na caderneta de seu pai e representava um gasto considerável, tal qual o destinado ao preceptor de Maquiavel. Esse esforço, tendo em vista a crise econômica<sup>5</sup>, parece ter sido recompensado pelo empenho de Maquiavel, ainda que não dispusesse de todos os recursos para uma educação humanista exemplar. Já adulto, Maquiavel pôde experimentar o agravamento da situação da crise com a invasão da Itália pelo rei Carlos VIII, da França. Vivenciou o que ocorrera a Florença: sem dinheiro para contratar soldados mercenários ou simplesmente para resolver a situação, Piero de Medici, que estava à frente de Florença na ocasião, abandona a cidade no momento da aproximação das tropas francesas. Maquiavel pôde assistir à pilhagem

---

<sup>4</sup> Esse termo, tal como foi apresentado por Hans Baron, envolve várias discussões, as quais não nos cabe analisar aqui (cf. BARON, 1966).

<sup>5</sup> “Ao longo do século XV, Florença sofrera uma perda real do seu antigo vigor comercial e financeiro. Muitas casas bancárias se transferiram para outras praças, em especial Lion, na França, corroendo o que por muito tempo fora o nervo do poderio da cidade e sua arma mais eficaz para lidar com as cidades italianas concorrentes e com o papado. Isso tornava o governo muito mais difícil do que quando ainda era possível recorrer com frequência aos impostos para resolver tanto problemas internos quanto aqueles derivados das frequentes guerras nas quais a cidade se envolvia” (BIGNOTTO, 2003, p. 7).

de sua cidade, assim como as tentativas de negociação a que se dispôs Savonarola. Sua morte na fogueira quatro anos depois certamente serviu para inspirar Maquiavel quanto aos percalços da política. Seu aprendizado, no entanto, foi completado com a oportunidade que veio em seguida. Maquiavel se tornou secretário<sup>6</sup> da segunda chancelaria de Florença durante o governo republicano de Soderine. Seu trabalho lhe exigiria muitas viagens, mas permitiu o diálogo com aqueles que mais tarde se tornariam exemplos aplicados em seus livros, como Cesar Borgia. Deu-lhe também a oportunidade de treinar um exército que constituiria uma tropa propriamente florentina.

Compreender o trabalho de Maquiavel em Florença nos permite compreender um pouco das inquietações que o motivavam na escrita do seu texto. Assim, de acordo com as afirmações de Lefort,

longe de ter sido um agente subalterno, Maquiavel foi uma espécie de faz tudo da República, ora encarregado de por em prática as decisões tomadas pelos dirigentes da Cidade e de verificar sua aplicação, ora enviado em missão junto a Soberanos ou a homens de Estado estrangeiros para pleitear a favor de Florença ou denunciar as intrigas que se faziam contra ela, ora enfim, nos últimos momentos do regime, investido da autoridade de um alto comissário das Armadas. (LEFORT, 1972, p. 318)

Mais adiante Lefort parece nos apontar a participação de Maquiavel em Florença como ainda maior. Segundo ele,

sem participar diretamente das decisões que conduziam à sorte da Cidade ele se aproximava dos que por elas eram responsáveis a ponto de ser ouvido por eles, senão seguido em suas perspectivas, e de se tornar o principal colaborador do Gonfaloneiro<sup>7</sup>Soderini. [...] Fazia mais que transmitir as instruções dos dirigentes e controlar sua aplicação [...]. Esta experiência, adquirida através da ação, nós não

---

<sup>6</sup> Em 1498, Maquiavel foi escolhido para ocupar a posição de secretário da *Segunda Chancelaria* de Florença, que assim como a *Primeira Chancelaria*, servia como órgão auxiliar da *Senhoria*, principal órgão administrativo da Florença de então. Apesar de a *Primeira Chancelaria* ter sido primariamente responsável pela política externa e pela correspondência com o exterior, muitas vezes estas funções se confundiam com as da segunda, que se ocupava primordialmente de guerras e política interna. Havia também um elo de subordinação que submetia as atividades da *Segunda* às da *Primeira*. Entre as funções exercidas por Maquiavel, estavam tarefas burocráticas e de assessoria política, de diplomacia e de secretariado do chamado *Conselho dos Dez*. Este órgão, existente desde o governo dos Medici, também auxiliava a *Senhoria*, competente para analisar problemas relacionados com a guerra (cf. ESCOREL, 1979, p. 26-27; RIDOLFI, 2003, p. 31-37).

<sup>7</sup> “*Gonfaloniere*”: de acordo com Bignotto (2003, p. 16), “uma espécie de magistrado perpétuo, que ocupava um lugar central na malha do poder em Florença”.

estamos restritos a imaginá-las: ela está inscrita, nos seus relatórios [...]. (*Id., ibid.*, p. 319)

Mas o retorno dos Medici a Florença promoveu uma grande reviravolta. O governo republicano caiu. Os nomes daqueles que contribuíram para a república derrocada integraram uma lista de conspiradores. Maquiavel foi preso e ficou seis meses sob “investigação” na masmorra do Palazzo. Solto sob a anistia do novo papa, em 1512, foi impedido de ocupar cargos públicos. Isolado em uma propriedade rural de sua família e, ao mesmo tempo, ciente dos perigos a que Florença estava sujeita, Maquiavel se propõe a escrever *O Príncipe*. Assim, uma vez afastado de suas atividades enquanto “secretário florentino” e diante de uma situação política desastrosa, não encontrou outro remédio senão escrever sobre aquilo de que ele provavelmente preferiria participar, mesmo que de forma indireta.

Tais circunstâncias parecem conferir ao primeiro texto características peculiares e que não podem ser desconsideradas. A primeira delas é a escolha do estilo da obra. Aparentemente, Maquiavel teria escrito um manual de aconselhamento para príncipes, um *speculum principis*, gênero muito comum em seu tempo. “Aconselhavam aos governantes o pleno respeito dos ditames da moral. Na ótica da maioria desses panfletos, o príncipe bom era também o bom político” (BIGNOTTO, 1992, p. 117). E o “bom político” era aquele que espelhava as virtudes cristãs. De modo que *O Príncipe* escrito por Maquiavel muito se distancia destas obras em seu conteúdo. Mas sua principal peculiaridade talvez possa ser apontada como a urgência exigida pela situação, e *O Príncipe* parece objetivar não só retirar o poder das mãos dos “novos bárbaros”, para usar o termo de Zarka & Ménissier (2001, p. 11), num primeiro plano, como pensar, num segundo, em formas minimamente eficientes para garantir sua manutenção. Trata-se, antes de tudo, de uma obra de caráter emergencial (POCOCK, 1975). E, se “não há um pensamento político mais verdadeiro que em tempos de crise” (ZARKA & MÉNISSIER, 2001, p. 8), *O Príncipe* de Maquiavel ganha um lugar de grande destaque. Talvez o mesmo destaque dos *Discorsi (Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio)* naquilo que diz respeito ao estudo da liberdade política e da própria República, confirmados posteriormente na *História de Florença*.

Toda esta conjuntura nos ajuda a compreender que *governar* assume em Maquiavel uma função peculiar, principalmente se pensada em tempos de crise. Isto se

torna mais evidente na medida em que nos aproximamos daquela que nos é apresentada como a principal função do governante: a guerra. De acordo com o que ele afirma, “deve, portanto um príncipe não ter outro objetivo nem pensamento, nem tomar como arte outra coisa que não a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que convém a quem comanda” (*O Príncipe*, XIV)<sup>8</sup>. Mas a guerra não se restringe ao puro uso das armas e, alguns capítulos mais adiante (no capítulo XVIII), Maquiavel nos apresenta a metáfora do leão e da raposa. Ele se vale desta metáfora para apontar a existência das diferentes situações que se impõem ao governante e aponta distintos modos de agir para corresponder às necessidades presentes. Nas palavras de Maquiavel,

visto que o príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. (*O Príncipe*, XVIII)<sup>9</sup>

A passagem, inicialmente, sugere ao príncipe que se valha de sua natureza animal. Em seguida parece apontar dois tipos de natureza animal. Pierre Manent nos ajuda a compreendê-los. Segundo ele, “o príncipe é duplo: homem e besta. Ele tem uma dupla natureza. Sua bestialidade é ela mesma dupla: raposa e leão. Destas duas naturezas é uma de duas faces da bestialidade que assegura a união: a astúcia” (MANENT, 2007, p. 21). Assim, enquanto homem, sua natureza é dupla, por ser ao mesmo tempo homem e besta. Mas, ao ser também besta, se faz novamente dupla, por ser simultaneamente leão e raposa. De acordo com Sfez (1999, p. 132-133), isto acontece porque “a fórmula de divisão entre a questão das leis e aquela da força definitivamente não desenha uma ruptura entre bestas e homens”. De fato, a questão da força permeia o pensamento político de Maquiavel e se desmembra em muitas formas no interior do corpo político. Faraklas (1997) sugere, ao abordar este assunto, procurar evidências do quanto a força assume as diretrizes das possibilidades efetivas de se pensar o âmbito da política.

---

<sup>8</sup> “*Debbe dunque uno principe non avere altro obietto né altro pensiero né prendere cosa alcuna per sua arte, fuora della guerra e ordini e disciplina di essa [...]*” (MAQUIAVEL, 1997, v. 1, p. 157).

<sup>9</sup> “*Sendo adunque necessitato uno principe sapere bene usare la bestia, debbe di quelle pigliare la golpe e il liono: perché il liono non si defende da’ lacci, la golpe non si defende da’ lupi; bisogna adunque essere golpe a conoscere e’ lacci, e liono a sbigottire e’ lupi [...]*” (MAQUIAVEL, 1997, v. 1, p. 165).

Tanto Sfez quanto Faraklas retomam a afirmação de Maquiavel segundo a qual “deve, portanto, um príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte de quem comanda” (*O Príncipe*, XIV)<sup>10</sup>. Faraklas (1997, p. 89) parte deste trecho para afirmar que para “Maquiavel a arte da guerra é, ela mesma, o único objeto da política. [...] A única arte da política é aquela do chefe militar, a estratégia e a disciplina, a organização e treinamento das forças armadas”. Faraklas prossegue sua argumentação afirmando não ser este um exagero do texto de Maquiavel, haja vista que este tece argumentos de modo a consolidar sua perspectiva desta questão. Sfez (1999, p. 132), por sua vez, nos lembra que “Maquiavel apela ao reconhecimento da universalidade da guerra e descreve o homem como um ser ‘bi facial’, à ambiguidade definitiva, meio-besta, meio-homem, ao limite do descritível e que o personagem do príncipe revela e porta o extremo”.

Segundo Sfez (1999, p. 131), “o sujeito da ação deve também conjugar as formas da força e da astúcia, se armando das leis elas mesmas”. Desse modo, a principal preocupação do político seria a aquisição e a manutenção do poder para a preservação do próprio corpo político. O governante, para ter êxito nesta empreitada, teria de saber não só como obter o poder, mas também a maneira de utilizá-lo apropriadamente, visando sua conservação. Esta última não pode se dar ignorando-se a questão da guerra. Maquiavel é categórico ao afirmá-lo. De acordo com ele, “um príncipe não deve jamais afastar o pensamento do exercício da guerra e, durante a paz, deve exercitá-lo mais ainda que na guerra” (*O Príncipe*, XIV).<sup>11</sup> Se, por um lado, podemos pensar que esta passagem no seu sentido literal resume bem certos preceitos maquiavelianos, por outro, tomada em certo sentido metafórico em que nos remete não diretamente à guerra, mas à política e, mais especificamente, às relações que lhe são próprias, a passagem não parece ser menos apropriada. “A política é uma forma de guerra”, afirma Lefort (1972, p. 353), e a guerra, seja no seu sentido literal ou neste outro, encontra-se na ordem das necessidades primeiras do Estado.

<sup>10</sup> “*Debbe dunque uno principe non avere altro obietto né altro pensiero né prendere cosa alcuna per sua arte, fuora della guerra e ordini e disciplina di essa: perché quella è sola arte che si aspetta a chi comanda [...]*” (MAQUIAVAL, 1997, v. 1, p. 157). Esta passagem, citada anteriormente, foi retomada a título de ênfase.

<sup>11</sup> “*Debbe pertanto mai levare il pensiero da questo esercizio della guerra; e nella pace vi si debbe più esercitare che nella guerra [...]*” (MAQUIAVAL, 1997, v. 1, p. 157).

A afirmação de Lefort pode ser corroborada tomando-se uma passagem em que Maquiavel apresenta uma espécie de divisão pontual dos afazeres do governante ao lidar com a guerra. Segundo ele, seu exercício “pode ser feito de duas maneiras, com obras e com a mente” (*O Príncipe*, XV).<sup>12</sup> Há, então, duas formas de guerrear, e daquele que governa, espera-se o êxito em ambas. Pois, “o príncipe a quem falte esta perícia carece da primeira qualidade que deve ter um capitão, porque é esta que ensina a ir de encontro ao inimigo, tomar os exércitos, organizar as batalhas e atacar as cidades com superioridade” (*O Príncipe*, XIV)<sup>13</sup>. Esta é sua tarefa principal, e suas especificidades são apresentadas de modo a deixar clara sua dualidade:

quanto aos exércitos da mente, deve o príncipe ler obras históricas e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinando as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas. Mas, sobretudo, deve agir como antes agiram alguns homens excelentes que se espelharam no exemplo de outros que, antes deles, haviam sido louvados e glorificados, e cujos gestos e ações procuraram ter sempre em mente. (*O Príncipe*, XIV)<sup>14</sup>

A passagem evidencia a relevância do que poderíamos chamar de “inteligência da força”. Ela nos conduz a refletir sobre os limites do uso político da violência. Claude Lefort nos ajuda a compreender estes limites. De acordo com ele,

não é suficiente que aquele que agarrou o poder domine seus adversários pela violência. Não depende da violência pura e o príncipe não triunfa pelo simples fato de ser o mais forte, visto que precisa manter-se, durar, coexistir com aqueles que domina, impor-lhes dia após dia sua autoridade, conter dia após dia as desordens nascentes. (LEFORT, 1972, p. 353)

Assim, a característica de bom “ator”<sup>15</sup> parece ser somente mais uma entre as

<sup>12</sup> “[...] *il che può fare in duamodi: l'uno, con le opere; l'altro, con la mente*” (*Id.*, *ibid.*, p. 157).

<sup>13</sup> “*E quel principe che manca di questa perizia, manca della prima parte che vuole avere uno capitano: perché questa t'insegna trovare el nimico, pigliare gli alloggiamenti, condurre gli eserciti, ordinare le giornate, campeggiare le terre con tuo vantaggio.*” (*Id.*, *ibid.*, p. 158).

<sup>14</sup> “*E quanto alle opere, oltre al tenere bene ordinati ed esercitati e' suoi, debbe stare sempre in su le cacce: e mediante quelle assuefare il corpo a' disagi, e parte imparare la natura de' siti, e conoscere come surgono e' monti, come imboccano le valle, come iaciono e' piani, e intendere la natura de' fiumi e de' paduli; e in questo porre grandissima cura.*” (*Id.*, *ibid.*, p. 157).

<sup>15</sup> Para Maquiavel, o termo ator tem significado de atuação política, ou seja, significa aquele que age na “cena” pública. Para as Relações Internacionais, em termos gerais, é quem possui natureza territorial e/ou funcional, e detém importância e autonomia suficiente para exercer a capacidade de determinar, de algum modo, a condução das relações internacionais. Ou seja, é aquele que participa de maneira eficaz e significativa na condução de importantes questões para

tantas que o governante precisa ter. Uma qualidade indispensável. Por meio da visão firme e clara do momento político, o governante deve estar preparado para agir de acordo com as possibilidades que se apresentam e das consequências que elas ensejam. Essa escolha de determinados caminhos existe devido, em parte, àquilo que pode ser esperado dos homens e, em parte, àquilo que advém do acaso e das contingências, pois o êxito político é consequente “*coisa feita*”, do resultado visto concretamente, ou ainda, nos termos de Maquiavel, *verità effettuale della cosa*. Destarte, o impacto do exercício da política no âmbito doméstico (interno) é determinante para as Relações Internacionais, principalmente para a manutenção do poder. Portanto, Maquiavel sugere que a utilização eficaz das armas pode garantir a manutenção do poder, enquanto sua má utilização pode levá-lo à ruína.

A argumentação de Helton Adverse contribui para a compreensão dos âmbitos possíveis da guerra e, conseqüentemente, das atribuições do governante. Para Maquiavel, conforme destaca Adverse, a força militar não dispensa o que o poder simbólico da argumentação pode evidenciar. Assim, é necessário que se estude a guerra como um todo: “por um lado, o aspecto técnico das armas, isto é, a arte militar, e, por outro, conceder atenção ao poder simbólico, representativo das armas” (ADVERSE, 2009, p. 192-193), que se revestem de meio de persuasão. Esse chamado *efeito educativo* da vida militar é importante estabelecimento da própria ordem civil, o que torna a guerra assunto principal em todo e qualquer corpo político, pois, “pela disciplina, ela modela os homens para viverem sob as leis” (*Id., ibid.*, p. 193).

Destaca-se que, antes de Maquiavel, as discussões sobre a guerra abrangiam normalmente questões referentes à sua legalidade. Eram praticamente inexistentes as convenções sobre guerra, hoje elementares, como organização de exércitos, hierarquia e códigos militares. *A arte da guerra* apresentou, entre outros, o conceito de formação de tropas<sup>16</sup> e conferiu à disciplina fundamental importância para o êxito em combate<sup>17</sup>. Em razão dessa e de outras questões, Maquiavel é considerado, no âmbito das Relações

---

a sociedade internacional, tanto no exercício do poder quanto no âmbito funcional (cf. OLIVEIRA, 2001, p. 195-198).

<sup>16</sup> Na *Arte da guerra*, cf. MAQUIAVEL, 1997, v. 1, p. 590-667.

<sup>17</sup> Na *Arte da guerra*, cf. MAQUIAVEL, 1997, v. 1, p. 668-689.

Internacionais, como um grande influenciador do Realismo<sup>18</sup>, principalmente no seu entendimento embrionário<sup>19</sup>, por apresentar critérios que estabelecem a justificação da preservação dos grupos políticos organizados e territorialmente determinados como centralizadores do exercício do poder em contraposição à ideia de anarquia da sociedade internacional. Por sua vez, o governante do corpo político, que denominamos atualmente Estado<sup>20</sup>, seria aquele dotado de poderes tanto para estabelecer a ordem no âmbito interno (doméstico) quanto para garantir a defesa contra forças externas.

Assim, para as Relações Internacionais, no que diz respeito ao uso da força, Maquiavel é considerado uma importante referência, seja no âmbito da teoria, seja no da estratégia da guerra. Os primeiros realistas associaram a leitura feita de Maquiavel a

---

<sup>18</sup> Para Jütersonke, a função dos clássicos no âmbito das Relações Internacionais é especial, dada a criação relativamente recente da disciplina, da heterogeneidade das matérias tratadas e dos métodos aplicados. Na ausência de cânones adequados, os estudiosos se viram em uma busca frenética pela apropriação de textos clássicos de história, teologia, teoria política, sociologia, psicologia, etc., a fim de determinar seu próprio processo de *disciplinamento* no campo das Relações Internacionais. Maquiavel, nas Relações Internacionais, é usualmente associado ao Realismo (JÜTERSONKE, 2010, p. 14-16).

<sup>19</sup> No início do Realismo, houve grande preocupação de diferenciar essa corrente de pensamento do pensamento *utópico*, que havia sido muito influente nas Relações Internacionais no final do séc. XIX e início do séc. XX. Em uma obra considerada inaugural ao Realismo, *Vinte anos de crise: 1919-1939*, seu autor Edward Carr afirmou que Maquiavel é o primeiro importante realista político, pois o ponto de partida para seu trabalho seria uma revolta contra o *utopismo* (*utopianism*, no termo usado por Carr). O movimento *utópico* (hoje chamado *liberal*), que esteve em voga no início do século passado, segundo a análise de Carr, falhou ao não analisar o poder como premissa fundamental das Relações Internacionais e, assim, impedir a ocorrência de grandes conflitos mundiais. Usando citações de *O Príncipe*, Carr identifica em Maquiavel, de maneira implícita, três dogmas essenciais do Realismo em oposição aos utópicos: a) a história deve ser entendida como uma sequência de causas e efeitos, cujo curso pode ser analisado e entendido por intermédio de esforço intelectual, mas não por meio da imaginação; b) que a teoria não cria a prática, mas a prática cria a teoria; e c) que a política não é uma função da ética, mas a ética é função da política. Na análise de Carr, apesar de a moral ter sido reconhecida por Maquiavel, ela seria, na verdade, produto do poder, pois não poderia haver nenhuma moral efetiva se não houvesse autoridade efetiva. Cf. CARR, 1964, p. 63-65.

<sup>20</sup> Convencionou-se para o estudo das Relações Internacionais que o Estado, o mais importante ator das Relações Internacionais e o principal sujeito do Direito Internacional, teve seu protagonismo reconhecido por ocasião da chamada Paz de Vestfália, de 1648. Nessa ocasião, em razão de tratados cujos dispositivos puseram fim à chamada Guerra dos Trinta Anos, teria sido reconhecida a soberania estatal, atribuída em condições jurídicas de igualdade a um poder livre de dependência e subordinação em relação aos demais e em um determinado território. Essa noção de Estado vestfaliano, apesar de ter sofrido muitas modificações, ainda é relevante para os dias atuais. Contudo, essa não era a realidade da época de Maquiavel, na qual o protagonismo era essencialmente o do governante, independentemente de se tratar de um príncipe ou de “atores” republicanos.

partir da premissa de que a natureza humana é má<sup>21</sup>, o que torna o emprego da força necessário. De acordo com a tradição realista, belicosidade associada à questão militar teria lugar de destaque nas preocupações maquiavelanas, pois as tensões<sup>22</sup> seriam descritas como inerentes à natureza da política. Assim, passagens de várias de suas obras como *O príncipe* ou *A arte da guerra* são eleitas para exemplificar que a ferocidade descrita por Maquiavel por meio de situações dramáticas refletiria mais do que hábitos pessoais ou peculiaridade psicológicas de eras violentas, mas que somente a força poderia reprimir paixões egoístas próprias da maldade do ser humano.

Contudo, a apropriação de Maquiavel sobre esse tema no âmbito do realismo parece carecer de uma análise mais profunda, dada a precariedade das bases em que se assenta. Conforme observado por Gilbert (1986, p. 27-28), a guerra é considerada por Maquiavel uma atividade própria da natureza política, que reflete a natureza humana, que não é por si má, mas complexa, que pode se inclinar tanto para a mediocridade quanto para a excelência. Maquiavel, por saber disso, não procuraria eliminar a guerra, mas estudá-la, pois ela seria um dos meios para que objetivos políticos possam ser alcançados.

*A arte da guerra* se tornou um livro bem sucedido tanto editorialmente quanto

---

<sup>21</sup> A apropriação que foi feita pelos primeiros realistas sobre a questão da natureza humana no âmbito de Maquiavel é extremamente relevante para o início dos estudos do Realismo. Com base na ideia de interesse e poder, a política seria determinada pelos limites de comportamento do ser humano, limites estes advindos de sua própria natureza. E a natureza humana não teria mudado sua face egoísta, mesquinha e perversa desde a antiguidade clássica. Em termos genéricos, a primeira geração de realistas encontrou em Maquiavel o que acreditou ser uma descrição das paixões egoístas e do interesse indulgente da natureza humana no âmbito da política, inclinações estas transportadas para o domínio internacional. Cf. DONNELLY, 2000, p. 9-12.

A questão na natureza humana é tratada por Newton Bignotto a partir da estratégia usada por Maquiavel para pensar as ações humanas no corpo político. Em resumo, Bignotto pretende “analisar o sentido das proposições maquiavelianas que contêm um claro caráter antropológico, em particular quando afirmam a maldade inata dos homens. Nossa hipótese é a de que não há uma antropologia presente na obra de Maquiavel. Procuramos mostrar que ele faz uso de afirmações a respeito da natureza humana como de uma ‘constante negativa’, que evita o erro de julgamento dos estudiosos da política que acreditam compreender o sentido das ações humanas na história a partir da explicitação dos predicados morais associados à sua natureza” (BIGNOTTO, 2008, p. 100).

<sup>22</sup> Nas Relações Internacionais, há predileção pelo uso do termo *conflitos* para explicar essas controvérsias, por vezes violentas, que seriam comuns à natureza da política. Contudo, em razão da utilização deste termo como sinônimo das *dissensões* próprias dos dois *humores* previstos por Maquiavel em todos os corpos políticos, a saber, grandes e povo, e de todo o debates em torno desta questão maquiaveliana, optou-se pelo termo *tensões*.

no alcance e na influência de suas ideias, pois tem mais queo intento de informar ao leitor questões referentes à intencionalidade e o planejamento da ação bélica. Também teria o intuito de mostrar os atributos próprios de um guerreiro e, principalmente, do governante, para conduzir a guerra. Atributos estes muito diferentes daqueles concebidos pelos entendimentos de *guerra justa* advindos de correntes de pensamento ligadas ao direito natural.

Os predicados do guerreiro se apresentariam características da *virtù*, e se integrariam à necessidade de se construir meios consistentes para o enfrentamento das situações trazidas pela *fortuna*, entendida como acaso ou contingências. Desse modo, não haveria como Maquiavel defender o padrão moral de seu tempo, caracterizado pelos valores cristãos, justamente porque as situações contingenciais dadas a cada momento, por terem origens e dimensões diferentes, exigem distintas formas de tomada de decisões. Contudo, Maquiavel não se dedica somente em aperfeiçoar as qualidades do governante, mas também em transmitir ensinamentos para aquele que irá lutar e participar efetivamente do combate, obedecendo a ordens de outros. Para obter o êxito no campo de batalha, o que significa preservar não só sua integridade física, mas também para servir ao propósito da glória do governante e prover o corpo político dos louros da vitória, o soldado precisa estar preparado. Maquiavel acredita que essa deve ser uma preocupação essencial de quem toma e de quem obedece as decisões. Desse modo, verifica-se que a preocupação humanista de Maquiavel sobre este e outros assuntos o torna tão relevante ainda na atualidade.

A versatilidade de Maquiavel na composição de ideais em vários campos, inclusive no âmbito do uso da força, ensejou em diversas interpretações do seu trabalho sobre o estudo da guerra. Viroli (1993, p. 149) chama a atenção para o fato de Maquiavel propor ao governante que usasse de suas habilidades para criar e fortalecer a milícia, ao invés de governar dos bastidores, em uma pretensão de ser como outras pessoas.

Assim, para manter o poder, o governante deveria assumir suas responsabilidades perante os governados, inclusive no desenvolvimento próprio de capacidades. Igualmente, como seria possível criar e fortalecer as forças armadas, o mesmo se aplicaria ao governante. Ele não seria investido de um poder divino, ou suas capacidades não seriam herdadas de seu nascimento nobre, por exemplo. Um

governante, portanto, poderia se aperfeiçoar e continuamente se preparar para esta atividade.

Na visão de Gilbert (1986, p. 11-13), apesar de Maquiavel ser usualmente considerado um teórico político, seria na verdade, no âmago de sua teoria, um pensador militar. Gilbert vê em Maquiavel a convicção que o autor tem em demonstrar, no seu tempo e espaço, a mudança imperiosa organização militar dos corpos políticos. Portanto, o pensamento militar de Maquiavel teria suas opiniões assentadas em uma relação de causa e efeito, ou seja, no reconhecimento da ligação entre o desenvolvimento econômico, científico, político e social que ocorria e as consequentes modificações no âmbito da organização militar.

Assim, o entendimento religioso de guerra como ato de prestação da justiça, a consideração do serviço militar como sendo atividade honorífica, exercida por cavaleiros e com códigos de conduta estreitos, e a dissolução de efetivos militares após o término das campanhas, seriam práticas questionáveis, portanto ineficientes para o momento político e social que se apresentava. Gilbert ainda afirma que, por essa razão, Maquiavel recuperou as questões da disciplina e do recrutamento de exército permanente existente na Roma Antiga como modelo a servir de exemplo para o planejamento militar. Ao mesmo tempo, as forças armadas profissionais permitiriam aos que não eram nobres que pudessem ocupar um espaço diferenciado, inclusive no âmbito da tomada de decisões (GILBERT, 1986, p. 28).

O uso de exércitos regulares que se configurassem em forças armadas profissionais seria imprescindível para a centralização do poder dos grupos políticos na época de Maquiavel, pois sua estabilidade se daria em razão da justiça e das armas. Com a ação de mercenários, não seria possível se consolidar esse objetivo, visto que o ímpeto de pouco serviria na guerra sem que houvesse a disciplina. Deste modo, conforme observação de Adverse (2009, p. 243), o elemento decisivo para se avaliar a vida política de um povo seria por meio da guerra. Assim, na análise de Adverse,

Quando não é o estado que se encarrega de sua administração, a arte da guerra pode ser extremamente perniciosa. Caso ela se torne profissão ou meio de vida, isto é, quando ela é praticada como uma arte para uso privado, seus efeitos são diametralmente opostos: em vez da paz, os homens querem a guerra; em vez de respeitar as leis, as desprezam e as ameaçam. (*Id., ibid.*, p. 193)

As ações militares estariam, por conseguinte, subscritas à ação política do governante, e não dissociadas de sua atuação, como no caso de mercenários que, quando são utilizados, “evidenciam claramente a perda do vigor político de um povo” (*Id., ibid.*, p. 243). Portanto, essa centralização de atividades na figura do governante, como o monopólio no exercício da guerra e o reconhecimento de sua preparação e realização, tornaram Maquiavel referênciapara concepçõespróprias do realismo, como a *razão de estado*. Esta, contudo, é uma apropriação passível de críticas (ver VIROLI, 1993, p. 126-149).

Enfatiza-se que as concepções embrionárias do Realismo se inspiraram nessa interpretação de Maquiavel e a reproduziram sem que houvesse reflexões maiores sobre o assunto. Na classificação de Doyle sobre as correntes realistas<sup>23</sup>, por exemplo, as versões ditas fundamentalistas do Realismo decorreriam de Maquiavel. Deste modo, nessa assimilação de Maquiavel como inspirador do Realismo, todos os seres humanos bem como todos os Estados agiriam impulsionados pela busca do poder, naquilo que é chamado de amoralidade de Maquiavel<sup>24</sup>. Como consequência, as probabilidades seriam de os Estados sempre buscarem a expansão imperial.

No âmbito do Estudo das teorias clássicas sobre o conflito e da guerra nas Relações Internacionais, Maquiavel costuma ser considerado precursor de teorias belicistas, centradas na ação do Estado como legítimo promotor da guerra, justamente por suas pretensas concepções sobre *razão de estado*. Estas interpretações de Maquiavel haveriam inspirado Fichte e outros pensadores dos séculos XVIII e XIX. Contudo, suas observações não teriam o condão de formar uma teoria da guerra, o que se daria a partir do trabalho de Clausewitz (DOUGHERTY & PFALTZGRAFF JR., 2003, p. 268).

Palácios Junior (2011, p. 110-113), contudo, encontra notrabalho de Maquiavel determinações a respeito da guerra preventiva que constariam em diversas obras do autor, como *A arte da guerra*, e que ajudariam a identificar Maquiavel como um teórico

---

<sup>23</sup> Doyle delineou quatro aspectos do realismo, indicando, no seu entender, suas origens filosóficas. Juntamente com a as versões fundamentalistas advindas supostamente de Maquiavel, as complexas teriam sua origem em Tucídides, as constitucionais em Rousseau e as estruturalistas em Hobbes (cf. DOYLE, 1997, p. 44-48).

<sup>24</sup> Para ver as diversas interpretações sobre a questão de moralidade em Maquiavel, ver RAMSAY, 2002, p. 27-29.

“realista” da guerra<sup>25</sup>. Na sua interpretação, Palácios Junior afirma que, para Maquiavel, o espírito de prevenção seria uma característica marcante da prudência, ou seja, uma qualidade da *virtù* do príncipe, conselheiros e generais. Isso porque, a guerra, como meio para se atingir os objetivos políticos, não poderia ser evitada, somente protelada, e sua procrastinação poderia servir ao proveito de outros. Deste modo, nada seria mais perigoso que um longo período de paz, e a guerra teria mais utilidade ao governante que, ao declará-la de maneira preventiva, agiria com sabedoria.

Assim, Palácios Junior (2011, p. 113-116) afirma que Maquiavel teorizou sobre as causas para a guerra e a utilidade na sua ocorrência. Para tanto, a arte da guerra descrita por Maquiavel teria um desdobramento próprio, o que ajudou a consolidar classificações atuais sobre a guerra. Ela poderia ser ofensiva, quando voltada para a tomada ou a conquista de poder, e defensiva, que diz respeito à manutenção e conservação do poder adquirido anteriormente. A guerra ofensiva seria ou resultado da ambição dos Estados em aumentar seus territórios, ou quando um povo abandonasse seu território, por fome ou por invasão, e desejasse sobreviver em terras ocupadas por outros povos. Razões para a guerra seriam, portanto, duas: “o acaso provocado pelo vácuo de poder ou as intenções hostis nutridas por pelo menos uma das potências” (*Id.*, *ibid.*, p. 116).

A tensão entre os interesses políticos e estratégicos ensejaria, de acordo com o que é apregoado como realismo político de Maquiavel por Palácios Junior, várias possibilidades entre objetivos políticos, estratégicos ou táticos, que se intercalariam entre ofensivos e defensivos. Desse modo, haveria diferentes formas de ação para o governante, que teria como foco o objetivo político a ser alcançado com a guerra. Assim, ao invés do regulamentado pelo Direito Internacional, por exemplo, que determina a ilegalidade da guerra preventiva, essa seria mais uma forma de usoda força para que o poder fosse mantido pelo Estado. As guerras preventivas seriam, nesse enfoque, politicamente defensivas, mas estrategicamente ofensivas. E jamais poderiam ser desencadeadas se não fosse possível verificar na guerra uma vantagem certa ou que

---

<sup>25</sup> O vocabulário de Palácios Junior, apesar de ser contemporâneo, busca correspondência com ideias de Maquiavel.

ela tenha sido promovida em razão da necessidade<sup>26</sup>. Contudo, mesmo as guerras, preventivas ou não, estariam sob o controle da lei (*Id., ibid.*, p. 172). Portanto, as guerras só poderiam ser promovidas se fossem necessárias, justas ou úteis. Para se aferir o necessário ou o justo, deveria haver um cálculo relativo, pois tanto a necessidade quanto a justiça não seriam conceitos absolutos (*Id., ibid.*, p. 123). No caso da utilidade, a guerra preventiva útil seria aquela destinada a neutralizar o poder do inimigo, pois, se houver seu uso para propósitos de conquista, ela não serviria a sua finalidade (*Id., ibid.*, p. 126). A guerra, de uma forma geral, deveria ser a *ultima ratio* da política e, conseqüentemente, o último recurso do governante, quando nenhum outro possa ser empregado, ou seja, considerado insuficiente para que o resultado possa ser alcançado (*Id., ibid.*, p. 140).

Palácios Junior também chama atenção para o fato de que, apesar de nos dias atuais a interpretação de Maquiavel sobre questões de segurança e defesa ser considerada um anacronismo, ele se faz relevante para o presente ao se verificar a existência do chamado jogo em dois níveis. Este ocorre porque o que é determinado pela política interna dos Estados, a fim de que o governante assegure o poder, pode ter grandes conseqüências na política internacional (*Id., ibid.*, p. 172). Na atualidade, as normas e a política interna (doméstica) dos Estados convivem ou mesmo concorrem com a legislação internacional sobre várias questões, muitas delas relativas à segurança e defesa. Ignorar tal relação e a influência de uma sobre a outra seria desconhecer a própria arte da guerra.

## Conclusão

Apesar das observações de Palácio Junior, muitas apropriações feitas por Realistas acerca de Maquiavel não condizem com as abordagens teóricas deste último sobre a natureza humana ou mesmo sobre a guerra, em razão do entendimento de *razão de estado* e da sua associação ao belicismo e à manutenção do poder a todo o custo. Deste modo, como o marco fundador das Relações Internacionais se baseia no Realismo, segundo Oliveira & Geraldello (2013), as ideias de Maquiavel foram encapsuladas em modelos teóricos analíticos reducionistas, responsáveis por engessar a

---

<sup>26</sup> É importante salientar que a palavra necessidade, nesse caso, está sendo usada no sentido de a guerra ser a última solução possível para que um objetivo possa ser alcançado (cf. PALÁCIOS JR., 2011, p. 116-118, 123).

produção científica sob a perspectiva anglo-saxã. Assim, se utilizando de categorias maquiavelianas, as potências hegemônicas, usando o poder simbólico da argumentação dantes mencionado, aqui entendido como uso da “mente” como forma de guerra, articularam interesses próprios na “construção de ferramentas analíticas e teóricas na disciplina de Relações Internacionais”.

Mas, conforme a análise de Viroli (1993, p. 126-149), Maquiavel falava de questões anteriores ao contexto próprio da formação dos Estados Nacionais. Sua abordagem dos problemas políticos de Florença em seu tempo se destacaram mesmo dentre os pensadores que lhe eram contemporâneos. Enfatiza-se que tais abordagens se fazem relevantes da nos dias de hoje, ou seja, enfatiza-se a atualidade do pensamento de Maquiavel. Essa relevância não se dá pelo entendimento de que o autor investigava a busca desenfreada pelo poder, pois essa não é a ideia que sua obra reflete. Para Maquiavel, conforme lembra Viroli<sup>27</sup>, um príncipe prudente estabelece seu poder de tal maneira que seus governados irão dele necessitar, assim como precisarão do seu estado, tanto nos momentos de paz quando nos tempos de guerra.

É importante salientar que autores como R. B. J. Walker (1993, p. 24 e ss.) e Jim George (1994, p. 192-197) já demonstraram que as tradições das teorias das Relações Internacionais são fruto de heranças interpretativas que apresentam incoerências. Os *grandes textos*, inclusive os de Maquiavel, considerados clássicos para as Relações Internacionais, podem ser lidos de maneira contrária ao que costumeiramente se atribui a eles, dependendo da forma pela qual são interpretados. Autores como Armitage (2004, p. 97-109) realizaram importantes reflexões sobre os objetivos e os métodos de estudar e escrever a história e, por essa razão, reescrever a teoria, no que está sendo chamado de *virada historiográfica* das Relações Internacionais.

Deste modo, há um movimento no âmbito dos historiadores das Relações Internacionais que busca rever as obras de Maquiavel sobre enfoque diferente daquele que foi dado no passado, mas ainda com modesta repercussão. Marco Cesa (2014, p. 1), no recente livro *Machiavelli on International Relations*, considera que Maquiavel tem sido negligenciado pelos estudos contemporâneos de Relações Internacionais, pois seu uso se restringe a máximas conhecidas e a esparsas leituras de parte de suas obras, que são coletadas a esmo para representar todo o seu pensamento, o que restringe seu

---

<sup>27</sup> Análise de Viroli sobre o Cap. IX, cf. VIROLI, 1993, p. 148.

conhecimento.

Com a nova consideração que se dá a Maquiavel, percebe-se que o autor, analisando as práticas de seu tempo e lugar, previu ações visando a centralização do poder na figura de um corpo político coeso. Assim, o autor trabalhou a realidade do passado e do seu presente para nela encontrar parâmetros para traçar moldes de atuação para o futuro.

Na atualidade, com o desenvolvimento da tecnologia que permite inclusive que a guerra possa ser realizada sem a participação direta do ser humano, os ensinamentos de Maquiavel, que se centram na figura humana, se tornam extremamente relevantes. É importante salientar, todavia, que o uso de armas químicas, biológicas e nucleares, bem como as novas formas de combate, que se utilizam de meios como aviões não tripulados e tecnologia de satélite, inovaram as formas de se fazer a guerra de tal maneira que são difíceis de encontrar paralelos<sup>28</sup>. O próprio sistema internacional se diversificou de tal modo, que a centralização do poder, que se dava quase que exclusivamente no âmbito dos grupos políticos, agora abrange também atores não estatais extremamente influentes, também responsáveis por importantes decisões na esfera internacional.

Contudo, apesar de tanto o momento político quanto tecnológico vivenciado na atualidade comportar muitas características distintas daquelas presenciadas por Maquiavel, a guerra ainda existe porque não houve modificação da razão de sua ocorrência, qual seja, o controle político. Portanto, não houve superação da guerra, pois ela se relaciona diretamente a formas de aquisição, exercício e manutenção do poder. Assim, constata-se que os motivos da guerra são um só, ainda que travestidos de várias causas, como econômicas, estratégicas, religiosas.

O estudo de Maquiavel, desta forma, se torna relevante visto que o autor se debruçou sobre temas que perpassam os séculos ainda sendo próprios da interação humana. Maquiavel soube, de acordo com a realidade que se apresentava diante de si, analisar a dinâmica que move os indivíduos no âmbito do poder. O que torna o autor um

---

<sup>28</sup> Mas ainda assim é possível se encontrar pontos de contato como a questão referente aos mercenários. Cada vez mais é preocupante a questão relativa ao desempenho dos mercenários no âmbito das Relações Internacionais, que na atualidade é discutida em razão das chamadas guerras não convencionais, e da atuação de empresas prestadoras de serviço mesmo nas guerras convencionais.

clássico, dentre vários fatores, é o reconhecimento que temos dessa dinâmica, pois não houve mudança nas ações políticas, ainda centradas na autopreservação daqueles que detêm o poder ou que o almejam, e nas consequências que isso pode trazer para os demais. Portanto, sua contribuição para o estudo das Relações Internacionais não pode advir apenas do uso desconexo e manipulado de trechos de sua obra, mas pelo intermédio de análise profunda e interdisciplinar proporcionada por amplo debate científico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADVERSE, H. *Maquiavel: política e retórica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

ARMITAGE, D. “The fifty years’ rift: intellectual history and international relations”. *Modern Intellectual History*, Cambridge, v. 1, n. 1, p. 97-109, 2004.

BARON, H. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BIGNOTTO, N. “A antropologia negativa de Maquiavel”. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 12, n 2, p. 77-100, 2008.

\_\_\_\_\_. *Republicanismo e realismo: um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. “As fronteiras da ética”. In: NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992, p. 113-125.

CARR, E. H. *The Twenty Years’ Crisis, 1919-1939*. Nova Iorque: Harper Torchbooks, 1964.

CESA, M. *Machiavelli on International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DONNELLY, J. *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DOUGHERTY, J. E.; PFALTZGRAFF JR., R. L. *Relações internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.

DOYLE, M. *Ways of War and Peace*. London: Norton, 1997.

SCOREL, L. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Brasília: Ed. UnB, 1979.

FARAKLAS, G. *Machiavel: le pouvoir du Prince*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

GEORGE, J. *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations*. Boulder: Lynne Rienner, 1994.

GILBERT, F. “Machiavelli: the Renaissance of the Art of War”. In: PARET, P. (Ed.). *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

GRIECO, J. M. “Realist theory and the problem of international cooperation: analysis with and amended prisoner’s dilemma model”. *Journal of Politics*, v. 50, p. 600-624, 1988.

JÜTERSONKE, O. *Morgenthau, Law and Realism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KRASNER, S. D. *Defending the National Interest: Raw Materials Investments and U. S. Policy*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

LEFORT, C. *Le Travail de l’œuvre : Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

MAQUIAVEL, N. *Discorsi*. In: \_\_\_\_\_. *Opere*. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Il Principe*. In: \_\_\_\_\_. *Opere*. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Dell’Arte della Guerra*. In: \_\_\_\_\_. *Opere*. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Istorie Florentine*. In: \_\_\_\_\_. *Opere*. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. v. 3.

\_\_\_\_\_. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MANENT, P. *Naissances de la politique moderne: Machiavel, Hobbes, Rousseau*. Paris: Gallimard, 2007.

MORGENTHAU, H. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.

\_\_\_\_\_. *Scientific Man versus Power Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 1946.

NIEBUHR, R. *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics*. Nova Iorque: Charles Scribner’s Sons, 1932.

\_\_\_\_\_. *The Children of Light and the Children of Darkness: A Vindication of Democracy and a Critique of its Traditional Defense*. Nova Iorque: Charles Scribner’s Sons, 1944.

OLIVEIRA, O. M. de. *Relações internacionais: estudos de introdução*. Curitiba: Juruá, 2001.

- OLIVEIRA, M.; GERALDELLO, C. “Maquiavel, os realistas e a política internacional”. *BJIR*, v. 2, n. 1, p. 160-177, jan.-abr. 2013.
- PALÁCIOS JUNIOR, A. M. C. *As teorias das guerras preventivas e as relações internacionais*. São Paulo: Edunesp, 2011.
- POCOCK, J.G. A. *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- RAMSAY, M. “Machiavelli”. In: EDWARDS, A.; TOWNSHEND, J. (Ed.). *Interpreting Modern Political Philosophy: From Machiavelli to Marx*. Nova Iorque: PalgraveMacMillan, 2002.
- RIDOLFI, R. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Musa, 2003.
- SFEZ, G. *Le Prince sans qualités*. Paris: Kimé, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Machiavel, la politique du moindre mal*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- \_\_\_\_\_; SENELLART, M. *L’Enjeu Machiavel*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SPIRTAS, M. “A house divided: tragedy and evil in realistic theory”. In: *Realism: Restatements and Renewal*. Portland: Frank Cass, 1996. p. 385-423.
- THOMPSON, K. W. *Moralism and Morality in Politics and Diplomacy*. Lanhan: University Press of America, 1985.
- VIROLI, M. *From Politics to Reason of State: The Acquisition and Transformation of the Language of Politics, 1250-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ZARKA, Y. C.; MÉNISSIER, T. *Machiavel, Le Prince ou le nouvel art politique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.